

PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL

Ribeirão Preto (SP) – Abril 2014

Márcia Aparecida Figueiredo - Centro Universitário Barão de Mauá
marciaead@baraodemaua.br

Setor Educacional: 1 - Educação Universitária

Classificação: Sistemas e Instituições de EAD

Natureza: Relatório de Estudo Concluído

Classe: Investigação Científica

RESUMO

Este artigo busca traçar um panorama contemporâneo da Educação no Brasil, partindo da quantificação das matrículas efetuadas no Ensino Superior tradicional e em EAD no país, passando pela organização acadêmica dos mesmos, até chegar às normatizações recentemente estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para que se viabilizasse a realização da pesquisa brasileira. Para tanto, apresenta tabelas oficiais atualizadas sobre o assunto, disponibilizadas pelo INEP, bem como, critérios para qualificação da produção acadêmica brasileira objetivando, a partir de tais dados, traçar um comparativo entre a educação pública e a privada no país tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Tradicional; Panorama; Educação a Distância; Brasil; INEP; CAPES; Ensino Público-Privado.

INTRODUÇÃO

Em 2012, o panorama da Educação Superior no Brasil registrou um total de 7.037.688 matrículas de graduação, sendo 5.923.838 (84,2%) na modalidade presencial e 1.113.850 (15,8%) na modalidade a distância. Considerando-se a organização acadêmica das IES nas quais as matrículas de graduação encontram-se vinculadas, a Tabela 1 informa que as universidades ofertam 54,2% do conjunto dessas matrículas, bem como, que 28,8% estão vinculados a faculdades; 15,4% a centros universitários; e 1,6%, a IFs e Cefets. Participações semelhantes são apresentadas na modalidade presencial, ou seja, 50,8% das matrículas de graduação são ofertados por universidades; 33,5% por faculdades; 14,0% por centros universitários; e 1,7% por IFs e

Cefets. Na modalidade a distância, diferentemente, as universidades abrigam 72,1% das matrículas de graduação, seguida pelos centros universitários (23,0%), faculdades (3,7%) e IFs e Cefets (1,2%).

Por adição, analisar o panorama da produção científica gerada por esses cursos no país torna-se relevante para compreendermos sua participação nos indicadores da “produção científica nacional”, conjunto que abrange todos os produtos (artigos, capítulos, prefácios, etc) científicos de todas as áreas científicas do país, bem como, o respectivo impacto (indicador numérico que revela o quão visível é um periódico científico e o número de citações que o mesmo, ou um de seus autores, receberam dos pares na comunidade científica) que tal situação ocasiona no perfil da pesquisa brasileira e em seus respectivos estudos cientométricos.

OBJETIVOS

Este trabalho objetiva: a) traçar um panorama contemporâneo da Educação no Brasil, partindo da quantificação das matrículas efetuadas no ensino superior tradicional e em EAD no país, passando pela organização acadêmica dos mesmos e b) abordar normatizações recentemente estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para que se viabilize a realização da pesquisa brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As tabelas a seguir, bem como, os critérios apresentados imediatamente a elas, traçam os dados deste cenário. A tabela abaixo nos apresenta, quantitativamente, a “população” discente em instituições público-privadas brasileiras:

Organização Acadêmica	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IFs e Cefets	Total
Presencial	3.009.846 (50,8%)	829.790 (14,0%)	1.986.263 (33,5)	97.939 (1,7%)	5.923.838 (84,2%)
A Distância	802.645 (72,1%)	255.786 (23,0%)	41.719 (3,7%)	13.700 (1,2%)	1.113.850 (15,8%)
Total	3.812.491 (54,2%)	1.085.576 (15,4%)	2.027.982 (28,8%)	111.639 (1,6%)	7.037.688 (100,0%)

Tabela 1. Número Total de Matrículas em Cursos de Graduação – Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica – 2012. **Fonte:** Mec/Inep/Deed

De acordo com a Tabela 2, pode-se observar um aumento 73,7% de Instituições de Ensino Superior (IES) no período de 2001 a 2012 e a variação nas participações percentuais das categorias pública (66,1%) e privada (74,8%) no que se refere ao número de IES nos últimos 12 anos.

Ano	Total	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		IFs e Cefets	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2001	1.391	71	85	2	64	84	1.059	26	-
2002	1.637	78	84	3	74	83	1.284	31	-
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-

Tabela 2 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica – 2001 a 2012. . Fonte: Mec/Inep/Deed

No ano de 2012, o número de Instituições do Ensino Superior totalizou 2.416 IES. Desse conjunto, 84,6% são faculdades 8,0 % são universidades, 5,7% são centros universitários e 1,7% representam a soma de institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs) e de centros federais de educação tecnológica (Cefets).

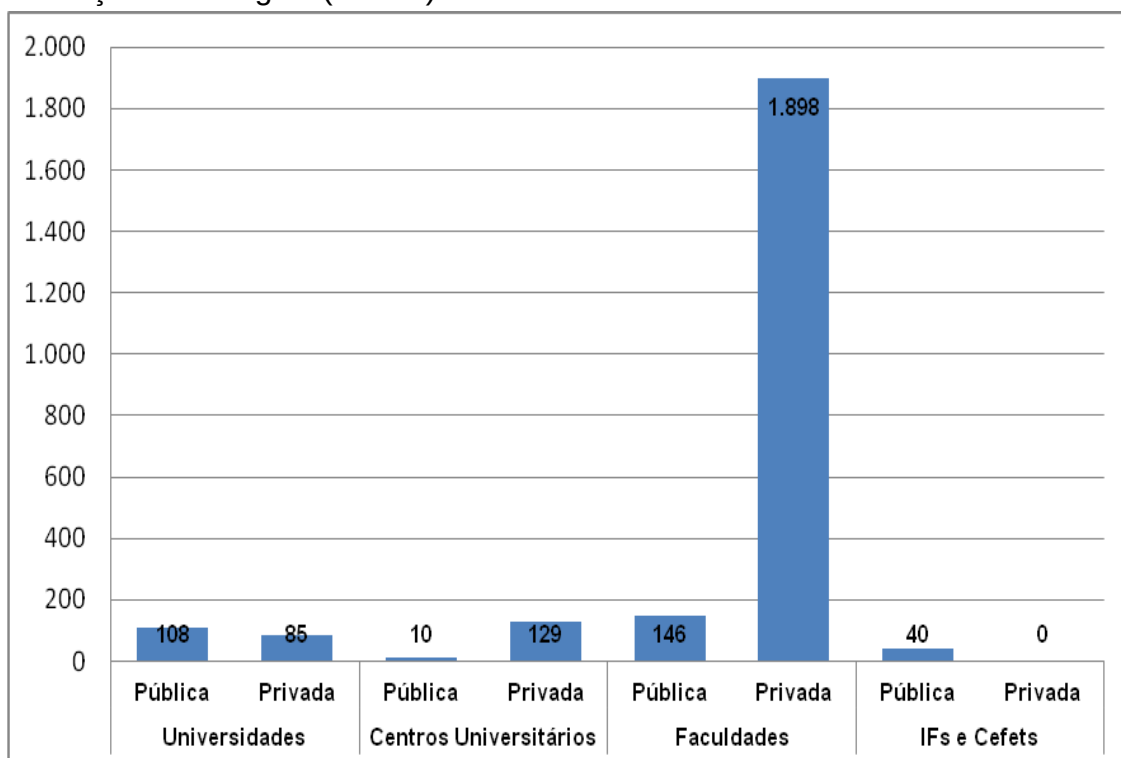


Gráfico 1 - Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa - Brasil – 2012. . Fonte: Mec/Inep/Deed

De acordo com o Gráfico 1, a predominância da organização acadêmica “Faculdades” é observada na categoria pública e na privada. Comparando-se a participação de IES organizadas como faculdades, segundo a categoria administrativa, verifica-se que a participação percentual das faculdades na

categoria privada (89,9%) representa quase o dobro da participação das faculdades na categoria pública (48,0%). Em tempo, na categoria pública, as universidades representam 35,5% das IES, correspondendo à organização acadêmica com segunda maior participação percentual.

Mod. de Ensino	Total Geral	Organização Acadêmica				
		Pública				
	Total	Total	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IFs e Cefets
Presencial	5.923.838	1.715.752	1.469.565	21.872	126.376	97.939
A Distância	1.113.850	181.624	167.924	0	0	13.700

Tabela 3. Número e Percentual de Matrículas de Graduação por Organização Acadêmica, segundo a Modalidade de Ensino Pública – Brasil – 2012. **Fonte: Mec/Inep/Deed**

Modalidade de Ensino	Total Geral	Organização Acadêmica			
		Privada			
	Total	Total	Universidades	Centros Universitários	Faculdades
Presencial	5.923.838	4.208.086	1.540.281	807.918	1.859.887
a Distância	1.113.850	932.226	634.721	255.786	41.719

Tabela 4. Número e Percentual de Matrículas de Graduação por Organização Acadêmica, segundo a Modalidade de Ensino Privada – Brasil – 2012. **Fonte: Mec/Inep/Deed**

No que se refere à organização acadêmica, de acordo com o Gráfico 1, predominam as faculdades em número de IES em ambas as categorias administrativas. De acordo com a Tabela 3 e 4, as matrículas de graduação presencial concentram-se, na categoria pública, em universidades e, na categoria privada, em faculdades. A Tabela 5 apresenta o total de matrículas de graduação declaradas em 2012, em números absolutos, por grau acadêmico. Do total de 7.037.688 matrículas de graduação, 4.703.693 (66,8%) são bacharelados, 1.366.559 (19,4%) são licenciaturas, 944.904 (13,4%) são cursos tecnológicos e 22.532 (0,3%) Não Aplicável.

Brasil	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Total	7.037.688	4.703.693	1.366.559	944.904	22.532
Pública	1.897.376	1.129.777	604.483	140.935	22.181
Federal	1.087.413	692.080	322.178	64.424	8.731
Estadual	625.283	298.672	250.843	62.318	13.450
Municipal	184.680	139.025	31.462	14.193	-
Privada	5.140.312	3.573.916	762.076	803.969	351

Tabela 5. Número Total de Matrículas em Cursos de Graduação – Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável) e a Categoria Administrativa das IES – 2012. **Fonte: Mec/Inep/Deed**

Os Gráficos 2 e 3 apresentam o total de matrículas de graduação em 2011 por faixa etária e sexo. No Gráfico 2, a modalidade Presencial, com 5.772.478 matrículas em números absolutos, Sexo Feminino 3.191.181 (55,3%) e Sexo Masculino 2.581.297 (44,7%). Faixa etária predominante nos cursos presenciais é de 19 a 24 anos 2.977.319 (51,6%).

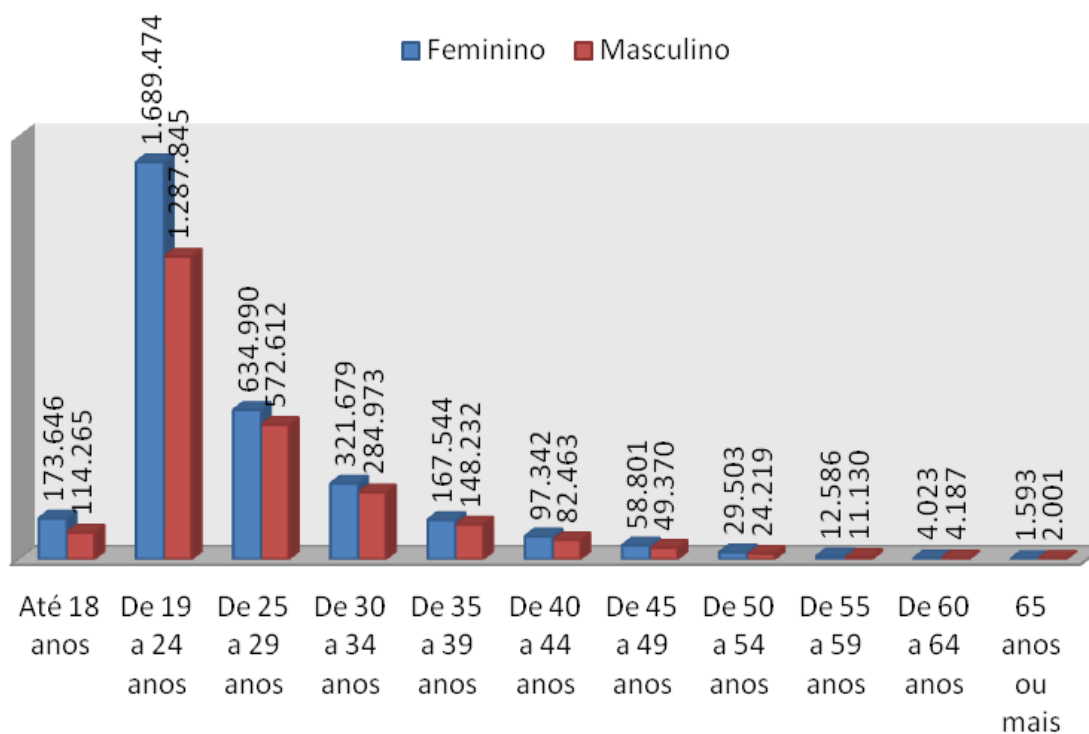


Gráfico 2. Matrículas por faixa etária e sexo dos cursos Presencias – Brasil – 2011. **Fonte:** Mec/Inep/Deed

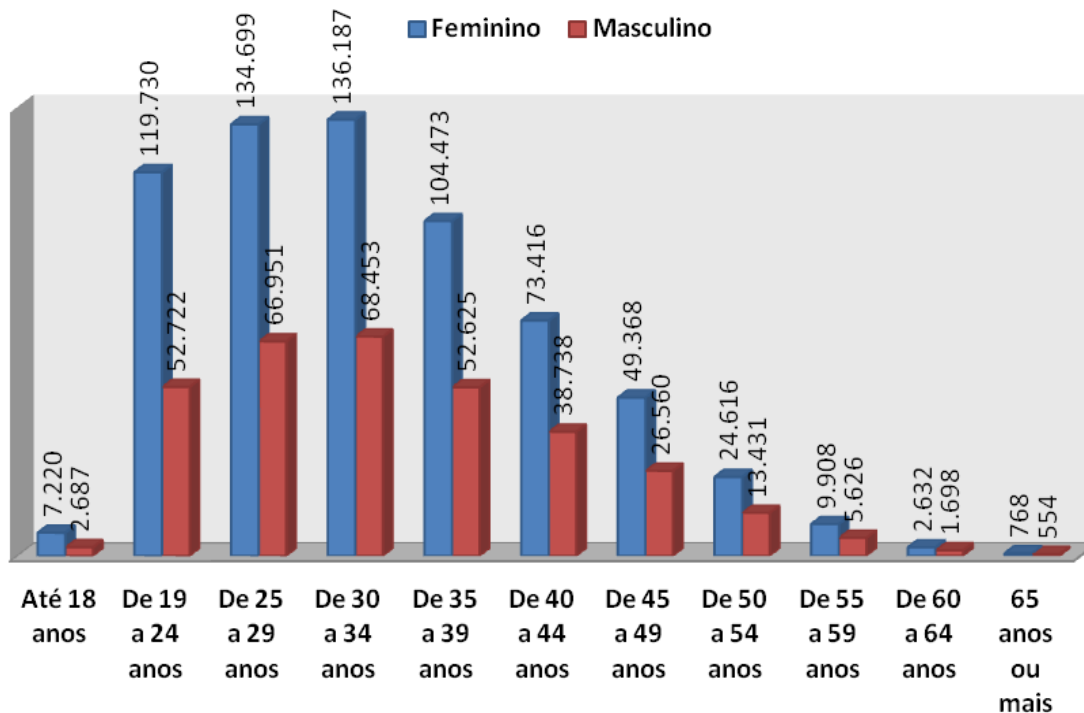


Gráfico 3. Matrículas por faixa etária e sexo dos cursos a Distância – Brasil – 2011. **Fonte:** Mec/Inep/Deed

No Gráfico 3, a modalidade a Distância, com 993.062 matrículas em números absolutos, Sexo Feminino 663.017 (66,8%) e Sexo Masculino 330.045 (33,2%). As Faixas etárias nos cursos a distância estão quase empatadas: de 30 a 34 anos 204.640 (20,6%) e 25 a 29 anos 201.650 (20,3%) e logo após 19

a 24 anos 172.452 (17,4%). No Gráfico 4, na modalidade a Distância, o total de matrículas de graduação declarados nos períodos de 2009, 2010 e 2011 por grau acadêmico. As Licenciaturas concentraram maiores índices de matrículas (2009 – 50,1%; 2010 – 45,8%; 2011 – 43,3%).

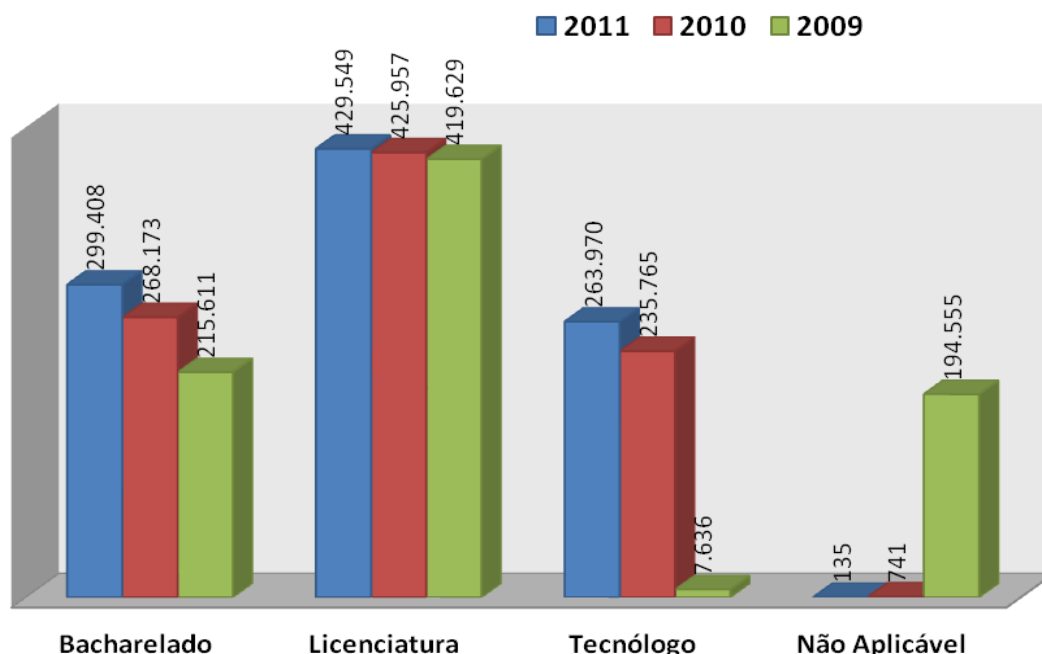


Gráfico 4. Matrículas por grau acadêmico e sexo na modalidade EAD – Brasil – 2011. **Fonte:** Mec/Inep/Deed

Diferentemente, na modalidade Presencial, o Gráfico 5 apresenta o total de matrículas de graduação declarados nos períodos de 2009, 2010 e 2011 por grau acadêmico. Os Bacharelados concentraram maiores índices de matrículas (2009 – 70,9%; 2010 – 72,3%; 2011 – 72,7%).

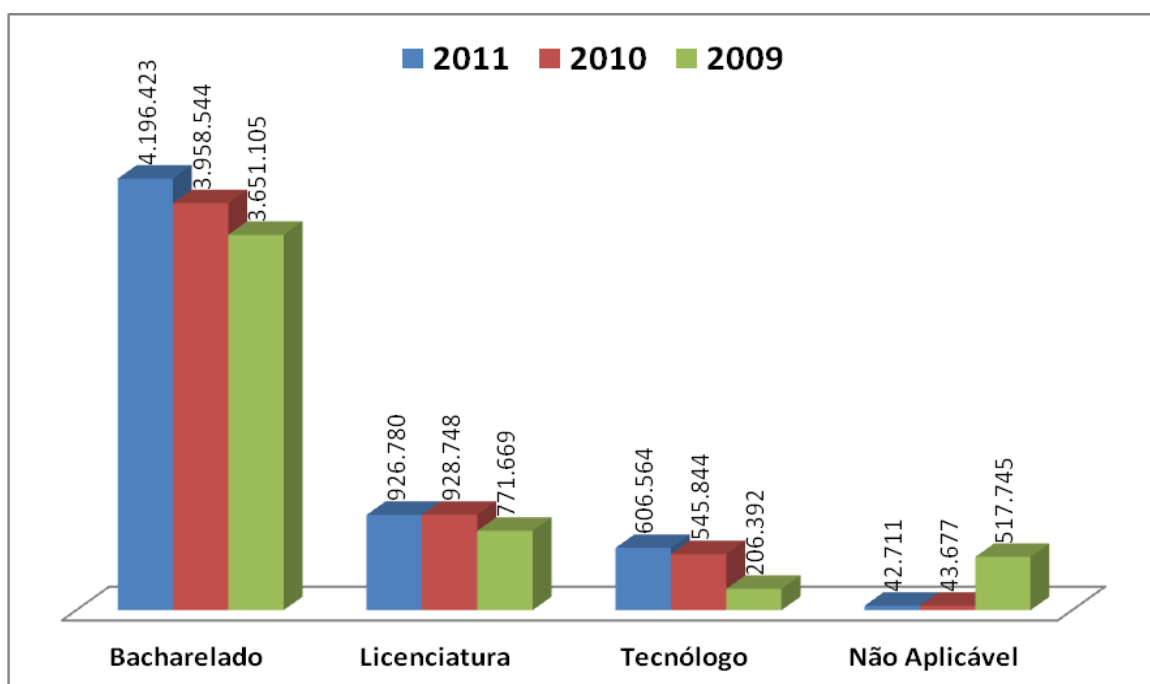


Gráfico 5. Matrículas por grau acadêmico e sexo na modalidade Presencial – Brasil – 2011.

Neste contexto, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), enquanto fundação do Ministério da Educação orientada para a qualificação dos cursos de pós-graduação do país, instituiu um conjunto de procedimentos de estratificação da produção intelectual do país, o Qualis, que procede a classificação dos periódicos científicos brasileiros em A1 (maior nível), seguido de níveis decrescentes de qualidade, a saber, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, de forma a aferir a qualidade do que é publicado em diferentes áreas do saber a partir da qualidade de seus veículos de publicação.

No que toca à classificação de livros, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) elaborou e aprovou um roteiro para classificação de livros contendo conceitos, definições comuns e sugestões que deverão nortear a avaliação dos mesmos em suas respectivas áreas do conhecimento. Tal qual a produção de conhecimentos expressa na forma de artigos em periódicos, tais critérios serão procedimentos comuns para a avaliação da qualificação dos livros apresentados como produção intelectual docente em programas de pós-graduação. Divididos em três partes, os critérios para avaliação de livros avaliam desde os dados de identificação da obra (parte I, com itens do tipo ficha catalográfica com seus respectivos códigos, entre outros) a avaliação do conteúdo da obra (parte III, com itens do tipo relevância, inovação e potencialidade de impacto, entre outros), passando pela avaliação da comissão de classificação de livros (parte II, com itens do tipo dados mínimos, aspectos formais, tipo e natureza do texto, entre outros).

Atualmente, de acordo com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o Brasil é responsável por 2,7% da produção científica mundial, ocupando a 58ª posição entre os países mais inovadores do mundo. Desta porcentagem, Ferreira (2008, p. 43) afirma que a maioria é publicada por poucos, uma vez que grande é o número dos que publicam pouco ou nada. Também, de acordo com este mesmo autor, merece destaque a baixa produção científica efetuada pelo sexo feminino, atribuída, entre outros fatores, ao casamento e maternidade. Outros estudos consultados pelo autor reportam o contrário, ou seja, que em muitos casos mulheres casadas e com filhos publicam mais que mulheres solteiras e sem filhos.

Para Cole (1987), as diferenças de produtividade não decorrem do status sexo, mas sim de motivações socialmente estruturadas, como aquelas que derivam do processo de socialização e do sistema de valores da sociedade. Estes tanto podem induzir as mulheres a se comprometer menos com o trabalho científico - em função da crença nos altos custos sociais da carreira em detrimento da vida familiar -, quanto diminuir sua motivação e torná-las menos produtivas, reforçando a sua identificação com outros grupos de referência em detrimento da comunidade científica. Meneghini (1998) afirma que o problema está no fato de que a nossa ciência pode ser representada por um iceberg que tem uma parte visível acima da água, que estaria representando a produção científica brasileira nas bases de dados

internacionais, no caso do ISI, e que corresponde a 20% - 25% do total. A produção nacional que não está indexada no ISI corresponde a cerca de 80% e se mantém submersa, pouco visível. Isso de imediato traz uma preocupação óbvia para todos nós, pesquisadores brasileiros. A de não podermos saber qual é a qualidade dessa produção e qual o impacto de sua circulação. Ainda mais: existe outra preocupação, que é a falta de visibilidade internacional dessa produção.

Com o tempo, mecanismos mais aprimorados de indexação, bem como, uma distribuição mais ampla de portais de acesso aos mesmos (atualmente são pagos pelas instituições privadas – quando estas os disponibiliza, o que não é o caso de todas – ou, quando pagos pelo governo, disponibilizados em bibliotecas de universidades públicas, como é o caso das bibliotecas da USP, UNICAMP, UNESP entre outras) poderão fazer com que o número de acessos e de publicações sejam ampliados.

De acordo com Strehl (2005), a visibilidade, o peso e o alcance da produção científica brasileira ficam, portanto, à margem de pontualidades do tipo: falta de políticas científicas nacionais; falta de avaliadores que qualifiquem a produção intelectual a partir de padrões presumidamente absolutos de qualidade acadêmica; dificuldades de quantificar, em larga escala, a produção científica da área; falta de informação emitida pelas publicações nacionais; falta de informação acerca dos artigos publicados em periódicos que não passam do primeiro fascículo; ausência de tradicionais canais de veiculação de seus relatos de pesquisa; dificuldades financeiras de editores científicos brasileiros de estabelecerem, solidamente, suas produções nacionais.

O que se percebe, portanto, é que o índice de analfabetismo funcional que reside em terras nacionais remete para o fato de informações atualizadas sobre as publicações brasileiras deverem ser pontuadas pelo baixo índice de pessoas habilitadas à compreensão das informações por elas veiculadas, bem como, pela necessidade de ampliar a porcentagem de pessoas que possam, efetivamente, avaliar o conteúdo de suas publicações. Na reflexão de Strehl (2005), considera-se que a demanda pelo aperfeiçoamento do processo avaliativo da atividade de pesquisa decorrente do crescimento e do amadurecimento da ciência brasileira requer não somente o desenvolvimento de critérios rigorosos, mas, ainda, de parâmetros sensíveis às características do conhecimento produzido nas diversas áreas do saber. Caso contrário, as possibilidades de estabelecimento de condições injustas de avaliação ampliam-se e tornam-se obstáculo para o avanço científico nacional.

O impacto da produção científica brasileira, portanto, depende, e muito, segundo Poblacion (2002) da divulgação efetiva dos resultados das pesquisas efetuadas, seja por intermédio da publicação do que se convencionou chamar de literatura cinzenta, a saber, as veiculadas em dissertações/teses, comunicações em eventos e relatórios, seja por intermédio dos diferentes

suportes produzidos por docentes e doutores, distribuídos em formatos impressos ou eletrônicos. Ou seja, o uso dessas literaturas pelos pesquisadores demonstra que a transferência do conhecimento exige a abertura de novas fronteiras que se incorporam no novo espaço do novo milênio. Nesse cenário, a autoria múltipla refletirá o trabalho de grupos atuantes diminuindo cada vez mais o número de trabalhos individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados, afirmar que a Educação a Distância é "tão boa quanto" a Educação Presencial já é uma realidade, representando, portanto, papel relevante na socialização do país em contexto de validação do conhecimento científico, bem como, no intercâmbio de informação e cultura entre os pares. Por sua vez, nas instituições brasileiras optantes pelos cursos mistos, que pecavam pela abrangência excessiva de temas, relativismo, ecletismo e falta de organicidade e de professores doutores, a CAPES, com o redimensionamento avaliativo da pesquisa praticada nas instituições, bem como, com a qualificação do corpo docente destas, findou com os cursos mistos existentes há mais de três décadas, reestruturando-os em grandes vertentes de estudos que norteiam internacionalmente a pós-graduação brasileira. Num futuro próximo, alimentando o índice de impacto da pesquisa brasileira no país e no mundo, espera-se que a Educação a Distância, tal qual a Tradicional, responda, igualmente, pela criação de grupos de pesquisa e eventos acadêmicos em sua própria área do saber quanto em áreas correlatas ao mesmo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Eleanara C. E. de; GUIMARÃES, J. A. **A pós-graduação e a volução da produção científica brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. 2012. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2012.zip> Acesso em 20/04/2014.
- COLE, Jonathan. **Fair science**: women in the scientific community. New York: Columbia University Press. 1987.
- FERREIRA, L. O. et al . Institutionalization of the sciences, gender system, and scientific production in Brazil (1939-1969). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, R.J. v. 15, supl. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 05 Set. 2013.

MEC/INEP/DEED. Número Total de Matrículas em Cursos de Graduação – Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica – 2012. Disponível em <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2012.zip> Acesso em 30.04.2014.

MENEZHINI, Rogério. Avaliação da produção científica e o Projeto SciELO. **Ci. Inf.**, 1998, vol.27, no.2, p.nd-nd. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 05 Set. 2013.

POBLACION, Dinah Aguiar; NORONHA, Daisy Pires. "White" and "grey" literature produced in information science by doctors/lectures from the Brazilian graduate programs. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, Aug. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 05 Set. 2013.

STREHL, Letícia. Impact factor of ISI and evaluation of scientific production: conceptual and methodological aspects. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 1, Jan. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 05 Set. 2013.